

NA ARENA DO JORNALISMO: LITERATURA E POLÍTICA EM JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA

Marcus Vinicius Nogueira Soares (UERJ)

Introdução

João Manuel Pereira da Silva fez parte de uma geração de escritores e intelectuais que pode ser considerada a primeira romântica. Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Francisco Salles Torres-Homem, Josino Nascimento e Silva, Justiniano José da Rocha, Joaquim Norberto de Sousa e Silva formavam o grupo que, de certa maneira, ditou o percurso da produção literária durante aproximadamente vinte anos, considerando como marcas limítrofes duas obras dos mais importantes deles, Gonçalves de Magalhães: *Suspiros poéticos e saudades* (1836) e *A confederação dos Tamoios* (1856). É claro que o prestígio do visconde de Araguaia foi abalado ao longo do período; se a entrada em cena de Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias na década de 1840 não chegou a afetar o predomínio de Magalhães naquele momento, com certeza já era o primeiro indício do caminho que, como mais tarde se constataria, seria trilhado pelos escritores da geração seguinte, como José de Alencar e Bernardo de Guimarães.

O primeiro contato de Pereira da Silva com o grupo de Magalhães se deu, provavelmente, no decurso de sua estada em Paris, quando estudava Direito. Com dezessete anos,¹ talvez o mais jovem entre eles, Pereira da Silva escreveu o ensaio “Estudos sobre a literatura”, publicado no segundo número daquela que seria quase um manifesto dessa geração, a *Niterói, revista brasiliense de ciências, letras e artes* (1836). De volta ao Brasil, inicia uma trajetória na qual procurou conciliar o trabalho jornalístico e a produção literária, convertendo-se num dos mais importantes e profícuos escritores do período regencial.

Desse modo, pretendo com a obra de Pereira da Silva analisar o alcance do papel constitutivo das condições materiais de publicação em periódicos na configuração do romance brasileiro. Desde já, convém retornar à segunda metade da década de 1830, abandonando provisoriamente a perspectiva que situa o momento inicial dessa configuração no biênio de 1843-1844, anos nos quais foram publicados *O filho do pescador* (1843) e *A moreninha* (1844), de Teixeira e Souza e Joaquim Manuel Macedo, respectivamente.

1. A arena do jornalismo

Antes de me deter no contexto de 1830, um rápido recuo à década anterior pode ser útil. Barbosa Lima Sobrinho, escrevendo sobre a origem do jornal, anota:

De fato, no início, o jornal não passava de um instrumento de informação geral, limitado a quatro páginas de formato pequeno, in-oitavo, cheio de notícias, e notícias de outros países, capazes de permitirem um conhecimento, mais ou menos seguro, da situação internacional, de que dependia a marcha dos negócios e até mesmo a tranquilidade de cada país. Não havia lugar, nesse tipo de periódico, para a apresentação de narrativas ou histórias de cunho literário. (SOBRINHO, 1962, p.7)

Se as narrativas literárias não se enquadravam no formato dos jornais em sua origem européia, no século XVII, pelas razões apontadas por Sobrinho, elas continuariam afastadas

¹ Embora haja dúvida quanto ao ano de seu nascimento, 1817 ou 1819, acredito que seja 1819. Baseio-me na justificação que Pereira da Silva apresenta para situar o início de suas *Memórias de meu tempo* no ano de 1840: “contava eu então vinte e um anos, e empenhava-me já em lides políticas, que me fascinavam com seus prismas sedutores”. (Silva, 2003, p. 56)

da imprensa periódica nos séculos seguintes, por conta do privilégio que esse veículo concederia aos discursos políticos, através das publicações dos órgãos governamentais, nas quais eram divulgados atas e ofícios, ou mesmo por meio dos chamados periódicos doutrinários, onde acirrados debates eram deflagrados.

Se bem que essa conjuntura descrita por Sobrinho já estivesse se alterando no decorrer do século XVIII no Velho Mundo, em parte devido ao crescente aumento do interesse público pela literatura, especialmente pelo romance, culminando com a publicação, em 1836, de textos literários na seção *feuilleton* do jornal *La Presse*, de Émile Girardin, no Brasil esse percurso de três séculos parecia se realizar em três décadas. As primeiras publicações periódicas realizadas com a chegada da família real, em 1808 – *A gazeta do Rio de Janeiro*, no mesmo ano, e a *Idade D'Ouro do Brasil*, em 1811 –, possuíam características semelhantes às apontadas por Sobrinho na descrição dos jornais europeus. Apenas dez anos separaram esse momento inicial da intensa transformação do periodismo da época, ocorrida no biênio de 1820-1822. A rápida proliferação de publicações que aí se observa deve-se, por um lado, aos eventos que desencadearam o processo de independência, como a Revolução Constitucionalista do Porto (1820) e o retorno de D. João VI a Portugal (1821), e, por outro, aos interesses de determinado público – representado “pelos donos de escravos fugidos; pequenos proprietários e negociantes; a gente que freqüentava o teatro; professores de primeiras letras; enfim, uma pequena classe média” (LUSTOSA, 2000, p. 27) –, a qual se destinava o primeiro jornal diário impresso no Brasil, o *Diário do Rio Janeiro*, em 1821. Mesmo que em grande parte centrados nas disputas políticas, esses jornais vão forjar o esboço de uma esfera pública e incrementar o hábito de leitura. Daí não parecer surpreendente que as primeiras manifestações de prosa de ficção ocorressem nas páginas desses periódicos.

Assim, percebe-se, durante os anos agitados do Primeiro Reinado, o surgimento de certa demanda, ainda que incipiente, de publicações de cunho literário. Contudo, as condições de circulação e difusão de textos impressos seriam as mesmas na década seguinte, considerando que a arena política não seria aí menos conturbada? A abdicação de D. Pedro I, em 1831, produziu uma crise institucional sem precedentes. Os homens públicos continuariam utilizando os jornais como palanque de acaloradas disputas ideológicas.

É no interior desse cenário que Pereira da Silva iniciava a sua carreira de escritor público plenamente consciente das dificuldades que enfrentaria, como se pode verificar no texto de 1836, “Estudos sobre a literatura”:

O Brasil conta hoje bastantes literatos profundos, porém eles têm-se tão somente contentado, (com algumas exceções) em estudar e saber, e não se tem querido dignar escrever, e destarte esforçar-se em elevar à sua verdadeira essência esta ciência, aliás tão útil e proveitosa a todas as classes da sociedade, e que de algum modo está desprezada na nossa Pátria, não percebendo nossos compatriotas a influência que ela tem sobre a política, ciência do dia, a que hoje no Brasil todo mundo se dá, sem se importar se o país por isso sofre. (SILVA, 1978, p. 217)

É dessa tentativa de “proveitosa influência” que tratarei a seguir.

2. Política e literatura: duas vocações

“Desencadearam-se durante o regime regencial as paixões e as ambições individuais; propagaram-se pelas províncias idéias subversivas; e desenvolveu-se a anarquia, que umas após outras assolou-as ininterruptamente” (SILVA, 2003, p.60). Essa passagem transcrita das *Memórias do meu tempo*, de Pereira da Silva, publicadas em dois volumes pela Garnier, em

1896,² sintetiza bem a visão do então Conselheiro sobre os anos que se seguiram à abdicação de Pedro I. Curiosamente, o trecho corresponde à introdução histórica de seu livro, já que as memórias às quais se refere o autor remontam o ano de 1840, ou seja, o limiar do Segundo Reinado. Como bem assinala Célio Tasinafo (2003, p. 17), não se trata de uma autobiografia, mas, sim, de “uma extensa crônica política (...) na qual o autor procura, entre outros aspectos, defender a excelência das instituições da Monarquia parlamentar e constitucional brasileira”, instituições das quais foi participante ativo, tendo exercido o cargo de deputado em onze oportunidades a partir de 1844, e de senador, em 1887.

Não sendo uma autobiografia, nem mesmo da sua atividade intelectual e literária, Pereira da Silva não contempla no seu livro a fase em que atuou como jornalista e romancista, iniciada em 1836, com a publicação do referido ensaio na revista *Niterói*, e que se estendeu até o início da década seguinte pelos periódicos *Gabinete de Leitura*, *Jornal dos Debates*, *Museu Universal* e, na virada do decênio, o *Jornal do Comércio*. Talvez a aptidão do autor de *Jerônimo Corte real* tenha se mostrado mais profícua na carreira política, já que a desempenhou por toda a vida, enquanto a literária foi se tornando cada vez mais ocasional. Descontando as obras de inclinação historiográfica, sem dúvida a maioria, a produção de Pereira da Silva no âmbito da literatura ficou reduzida a alguns ensaios, como sobre Filinto Elísio (1891), ao poema *Gonzaga* (1865), à reunião de textos intitulada *Variedades literárias e políticas* (1862), na qual constam três narrativas publicadas nos periódicos mencionados, ou seja, todas antes de 1844, e a poucos romances, como *Manuel de Moraes, crônica brasileira do século XVII* (1866) e *Aspásia* (1873).

Uma outra possibilidade que talvez explique o abandono da vocação literária consiste no reconhecimento dos limites dos seus “dotes de espírito”. Numa passagem de suas *Memórias* na qual alude ao campo intelectual e artístico, Pereira da Silva discorre sobre os desdobramentos da literatura brasileira ao longo do século XIX: depois de se reportar a vários nomes ilustres, de Evaristo da Veiga a Machado de Assis, separados cronologicamente em dois grupos quanto à menoridade e maioridade de Pedro II, ele anota:

Não inscrevo o meu nome ao lado dos destes últimos, bem que os acompanhasse em publicações de obras literárias e históricas, e com eles convivesse fraternalmente. Reconheço que muito me avantajaram nos dotes do espírito. Resgato, todavia, uns direitos lembrando-lhes os nomes à gratidão de seus compatriotas, e da geração que lhes sucedeu e seguiu-os na carreira brilhante, que tinham percorrido. (SILVA, 2003, pp. 453-454)

Desse modo, qualquer que seja a justificativa, não seria arbitrário circunscrever o momento-chave da atividade literária de Pereira da Silva aos anos entre 1836 e 1844, em que produzir romances e novelas parecia não contradizer o empenho político.

3. A arena política

Voltando à passagem das *Memórias*, com a qual abri a seção anterior, cumpre sublinhar alguns termos que explicitam as preocupações do jovem jornalista Pereira da Silva que, quase sessenta anos depois, ainda repercutem nas reminiscências do Conselheiro. As “idéias subversivas” que se disseminaram pelas províncias, produzindo o estado de “anarquia”, contrariavam a tão decantada unidade nacional, reivindicada desde a Independência. Antes da morte de d. Pedro I, em 1834, segundo o próprio Pereira da Silva (2003, p. 60), “três parcialidades digladiaram-se: a que sustentava a ordem, a que proclamava doutrinas

² 1896 é a data que consta na ficha de catalogação da Biblioteca Nacional, embora a edição da Garnier não a mencione. Celso Tasinafo acredita que o primeiro veio a lume em 1896, e o segundo, em 1897 ou 1898.

subversivas e anárquicas, e a que anelava a volta de d. Pedro I para de novo ocupar o trono”, ou seja, os chimangos, os exaltados e os caramurus, respectivamente. Depois de 1834, restaram apenas duas: a conservadora, que acabaria por integrar os caramurus e à qual estava ligado Pereira da Silva, e a liberal, subdivida em moderados e exaltados, esta última com convicções bem próximas aos ideais republicanos ou, como se refere Pereira da Silva (2003, p. 61), “de princípios democráticos exagerados”. É sob a regência do Padre Diogo Antônio de Feijó, iniciada em 1835, que Pereira da Silva ingressa na carreira jornalística.

Para se ter uma vaga idéia do teor dos debates políticos naquele momento, o *Diário do Rio de Janeiro*, que até então se dedicava, como já destaquei, a outros assuntos de interesse público, debitava, em 1836, parte de seu sucesso aos artigos, de caráter fundamentalmente político e de uma enorme carga polêmica, escritos por José Cristino da Costa Cabral ou Cincinnato – pseudônimo com o qual assinava seus textos.

Paralelamente à sua contribuição no *Diário*, Cincinnato começou a redigir, em 1837, um periódico com todas as características de um jornal doutrinário, o *Semanário do Cincinnato*. Impresso na mesma Tipografia do Diário de Nicolau Lobo Vianna, o jornal era inicialmente constituído por quatro páginas, divididas em duas colunas. De acordo com o texto de apresentação, a 18 de fevereiro de 1837, os princípios que o norteavam podem ser assim resumidos: defesa da monarquia constitucional; respeito à “moral pública” (em letras garrafais, como aparece no editorial) e, em face da “debilidade dos laços que ligam as Províncias ao Centro”, desejo de ver consolidada a “União da Grande Família Brasileira”, princípios, como se verifica, semelhantes aos defendidos por Pereira da Silva. Contudo, embora tendo publicado contos morais, na seção ao pé-de-página intitulada “Variedade”, o redator atribui a maciça divulgação de textos políticos em seu semanário ao clima de instabilidade social provocado pelas revoltas – principalmente a da província de São Pedro do Rio Grande do Sul – que ameaçavam, segundo ele, a consolidação da unidade nacional. Atribuía ainda parte desta ameaça aos desmazelos da regência do padre Diogo Feijó.

A importância que empresto à figura pública de Cincinnato se deve fundamentalmente à percepção de uma nova configuração da “arena do jornalismo” com a entrada em cena de um grande jornal diário, o que parece indicar uma certa tendência para o aumento da diversificação das modalidades discursivas impressas em um único objeto de leitura, e não mais exclusivamente distribuídas em diferentes publicações de acordo com os distintos interesses do público leitor. Se a pressuposição é válida para a intromissão dos embates políticos num jornal não-doutrinário, o contrário parece igualmente verdadeiro: a modalidade literária vai ocupar cada vez mais as páginas desses periódicos – como se nota, por exemplo, a partir de 1836, na seção de rodapé de *O Cronista* –, alcançando pleno vigor, quando o *Jornal do Comércio* imprime, em 1838, *O capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, e já em 1839, os romances históricos de Pereira da Silva.

Diante desse quadro, é que gostaria de tomar a experiência de Pereira da Silva no *Jornal dos Debates, políticos e literários* como manifestação, talvez uma das mais significativas, dessa tendência.

4. A arena literária

No seu semanário, Cincinnato saudava, em 13 de maio de 1837, a nova publicação iniciada em fevereiro: “o *Jornal dos Debates*, avaliado pelos seus primeiros números, é mais um valente atleta, que vem engrossar as fileiras da Oposição”. Em 11 de janeiro do ano seguinte, no artigo intitulado “Espírito do jornalismo”, no qual são comentadas as publicações periódicas em curso, ao apreciar o *Diário do Rio de Janeiro*, o redator do *Jornal dos Debates* devolve o elogio: “as mesmas colunas que outrora se abriam à inserção das sábias

correspondências do visconde de Cairu, se honram hoje com excelentes artigos do pseudônimo Cincinnato”. Mais adiante justifica a que se deve a excelência de seus textos:

Acérrimo defensor das instituições monárquicas, que únicas podem dar forças, estabilidade e glória ao país, é sobretudo contra os que perturbam o sossego público, contra os revolucionários do Rio Grande e da Bahia, contra os seus pregoeiros na capital, que ele com razão dirige seus principais ataques. Seus princípios se cifram na paz e ordem pública, no respeito às leis existentes do império, e na união e centralização.

Tanto em relação à regência de Feijó, no caso da oposição à qual se refere Cincinnato, quanto a respeito dos “revolucionários”, apontados por Pereira da Silva, os termos-chave são “união e centralização”. As sedições do período tornavam patente o próprio esfacelamento do Império. Nem a renúncia de Feijó e a eleição de Araújo Lima foram suficientes para apaziguar os ânimos separatistas ou apenas descentralizadores. Daí que o surgimento de um novo combatente a enfileirar as tropas contra-revolucionárias ser sempre bem-vinda.

Não é de se admirar então que Cincinnato não tivesse, no seu elogio, salientado a parte literária da qual também se constituía o jornal. Nos números que provavelmente foram lidos por ele, vários ensaios e resenhas – dentre estas se destaca a de autoria de Francisco Sales Torres-Homem, embora aqui sem assinatura, aos *Suspiros poéticos e saudades*, de Magalhães, anteriormente publicada na revista *Niterói*, em 1836 – ocuparam as suas páginas. O que também não quer dizer que Cincinnato estivesse alheio a esse campo de interesse: não só o próprio publicara contos morais em seu semanário, como, também, ao recepcionar o aparecimento do *Gabinete de leitura, serões das famílias brasileiras* numa pequena nota de 19 de agosto de 1837, com epígrafe de Horácio, “*omne punctum tulit, qui miscuit utile dulci*”, chamava a atenção para a importância do empreendimento, pois “oferec[ia] o útil com o agradável”, sendo assim “digna de ser lida” por “uma população, que parece olhar com alguma indiferença para a literatura”.³

Todavia, ao contrário do que exaltava Cincinnato, os leitores pareciam não reconhecer no *Gabinete* a plena realização do preceito horaciano. No breve aviso que abre a edição de 10 de dezembro de 1837, introduzindo o texto de caráter científico intitulado “A grande serpente marinha”, é perceptível uma suposta insatisfação do leitor quanto à especialização do *Gabinete*, até porque esta impugnava a designação que se seguia ao título no cabeçalho, “jornal para todas classes, sexos e idades”:

Alguns dos nossos assinantes se hão queixado da redação do nosso jornal, por lhes não oferecer artigos científicos, e somente historietas que aproveitam apenas no momento da leitura, sem deixar rastro após de si: nosso fim não era instruir, queríamos preparar o terreno, dando o gosto da leitura, mas por agradarmos a esses assinantes, e mesmo para estendermos o nosso jornal a outras classes de leitores, nós subscrevemos a este desejo.

De certa forma, tal insatisfação já poderia ser observada no início do decênio, quando veio a lume o oitavo e último número de *O beija-flor*. Não obtendo o êxito desejado ao se dedicar à publicação de textos “negligenciados pelas folhas atualmente existentes, envoltas que são na política e nas suas disputas”, como se lê na abertura do primeiro número, em 1830, o redator se despede, deixando o beija-flor “falar”:

Foi estupidez em mim, pensar que minha voz diminuta, quanto harmoniosa, havia de ser ouvida, quando tanta bicharia grita de dia e de noite (...). No

³ A tradução da passagem de Horácio seria a seguinte: “leva todos os votos quem mistura o útil ao agradável”.

meio de disputas tão azedadas e que todos versam sobre a política, os leves divertimentos da mera literatura não cativam suficientemente a atenção: a sorte de Clorinda ou as ações de Olaya e Júlio pouco importam que não sonham senão em Ministros de Estado, Senadores, Deputados, federação ou indivisibilidade.

Assim, o *Gabinete de Leitura*, ao abandonar, como se lê no exemplar de 13 de agosto de 1837, o objetivo inicial de apenas “dar aos nossos leitores uma meia hora de ociosidade divertida” repercute, com vista à ampliação do seu público, a tendência de diversificação que vai caracterizar o periodismo da segunda metade da década de 1830.

5. A arena político-literária

Chegando ao *Jornal dos Debates*, nota-se que, desde o início, diferentemente do *Gabinete* e em direção oposta a *O beija-flor*, a sua diretriz se encontra ajustada ao padrão jornalístico vigente. Com dois números semanais, o jornal apostaria em estratégias editoriais semelhantes às adotadas de modo inovador pelo partidário *O Cronista*, dirigido por Justiniano José da Rocha. Sem dúvida, ao lançar, em 5 de outubro de 1836, a seção *feuilleton* – a “abençoada invenção da literatura periódica”, nas palavras de seu redator –, *O cronista* modificava as condições de difusão de textos literários no Brasil. Ou seja, no mesmo ano do lampejo comercial de Girardin, o espaço do rodapé da página, separado do corpo principal por um traço horizontal, “minuciosamente reservado para ser lido com vagar, para ser saboreado a contento, para servir de sobremesa a vosso banquete de leitura”, se tornaria o espaço por excelência de publicação de romances.

Entretanto, não obstante apresentar quase o mesmo perfil de *O cronista*, o *Jornal dos Debates*, principalmente no que tange ao trabalho de Pereira da Silva, vai produzir uma ligeira modificação dessas mesmas condições. A proposta contida no texto de Justiniano José da Rocha enfatizava, como se viu, o contraste produzido pela diversidade de modalidades discursivas que se tornou possível a partir do dispositivo gráfico da nova seção. Daí o autor de *Ação, reação, transação*, como que retomando Quintiliano (apud Plebe, 1978, p. 72) “o espírito cansado da prática diária do fórum não encontra melhor, para repousar, do que o encanto de tais objetos [as leituras poéticas]”, ressaltar a plena funcionalidade do *feuilleton*, pois

(...) distrais a virgem de seus melancólicos pensares, o jovem estudioso de seus enfadonhos livros, o rico negociante de seus cálculos dinheirosos, o desocupado proprietário de seu descanso insípido, o ardente ambicioso de seus planos ilusórios, tu que fazes esquecer o trabalho ao pobre, tu que fazes esquecer o ócio ao rico(...).

Num primeiro momento, tal proposta se mostraria similar às diretrizes propugnadas pelo *Jornal dos Debates*. No exemplar de 02 de setembro de 1837, na seção “Literatura”, Pereira da Silva consagra um artigo ao filósofo e dramaturgo alemão Friedrich Schiller. Transcrevo o seu início:

Demos por um momento tréguas à política, aos Debates parlamentares e à censura dos erros e desvios da atual administração, que toda se cifra no interesse particular e mesquinho de sua conservação e no desprezo para as grandes necessidades do país, elevemo-nos do pó em que se envolvem os nossos governantes e com que pretendem encobrir os seus adversários, à análise do belo e do sublime filosófico, que predomina na literatura, que só

pode influir sobre as nossas idéias e que alarga o mundo e o espaço de nossos pensamentos (...).

No *Cronista*, o efeito de suspensão do cotidiano, mimetizado pela partição da página impressa, supõe dois momentos distintos da experiência de leitura que, embora se complementem, não se misturam. Em Pereira da Silva, menos do que uma “sobremesa a vosso banquete de leitura”, o sublime filosófico-literário que o autor interpõe entre os embates políticos consiste, na verdade, em parte integrante do próprio banquete. Quer dizer, os desmazelos administrativos de certos homens públicos não encontram aí a contrapartida prazerosa dos “leves divertimentos da mera literatura”, para lembrar *O Beija-flor*; até porque a intromissão da matéria literária não se deve à busca de entretenimento, mas ao impulso sublimador que se coaduna plenamente à tarefa política.

Sob esse prisma, convém destacar um curto texto de Pereira da Silva que considero exemplar: “Vida política no Brasil”. Impresso no *Jornal dos Debates* em 8 de março de 1838, com a designação “romance”, trata-se de um diálogo entre o narrador e um velho com quem aquele se depara no curso de sua viagem à Vila de Iguazu. O encontro se dá em frente à Igreja de Santo Antônio de Jacutinga, onde o velho fazia súplicas ao céu, o que teria despertado a curiosidade do narrador em saber as causas de tamanho sofrimento. O velho, então, depois de conduzir o narrador a um bosque próximo, relata a história de seu filho, Eugênio, que tendo voltado de seus estudos em Coimbra, ingressara na carreira política, como jornalista de oposição. O seu brilhantismo acabou por suscitar o interesse dos membros do Governo em cooptá-lo; diante de sua recusa, os governistas iniciaram uma campanha difamatória através da imprensa na qual não pouparam nem mesmo a mulher com quem Eugênio pretendia se casar, Henriqueta. Eugênio, num acesso de loucura, assassinou um dos responsáveis pela difamação. Após um ano preso, encontrou Henriqueta casada com outro. Desolado, afastou-se da vida pública, tornando-se lavrador em Jacutinga, freguesia de Iguazu. Por força das reviravoltas do destino, reencontrou Henriqueta de luto. Casaram-se. Eugênio retomou a carreira interrompida e foi mais longe: elegeu-se deputado. No parlamento, mais uma vez envolvido nas contendas políticas, promoveu uma campanha que culminou na destituição do Ministério de então. No mesmo dia em que assumira a pasta dos Negócios da Justiça, foi assassinado com um tiro de pistola.

Ao longo de seu relato, o velho intercala reflexões mais abrangentes sobre a política brasileira, convertendo, assim, a história particular do seu filho em um exemplo que confirma a regra: “que curiosidade é a tua, jovem? Para que queres saber aquilo que aconteceu a outros e que também... talvez te acontecerá?”. Em outra passagem, a Pátria, reverenciada anteriormente, na cena do bosque, pelos seus dotes naturais, aparece como valor supremo que, a despeito de seus inescrupulosos habitantes, deve ser preservado, mas que se encontrava, naquele momento, indevidamente manipulado: “a Pátria é o santo nome com que cobrem as suas infâmias e os seus latrocínios”. Por fim, o velho define a política no Brasil:

O único fim é o mando; não há interesses gerais, há só particulares; não há sistemas políticos, não há princípios sociais, há homens que hoje pugnam por estes e amanhã por aqueles, segundo as circunstâncias e o momento, e que renegam tudo, seus parentes, sua consciência, Deus mesmo, se for necessário, contanto que daí lhes venham lucros e custas.

Em Pereira da Silva, a finalidade política da exemplaridade literária pode ser então percebida como sintoma da tentativa de conjugar diferentes discursos, não só nas páginas de uma mesma publicação periódica, como, também, na possibilidade de ajustá-los a um desígnio comum, o da unidade nacional. Sem dúvida, de todos os textos literários publicados pelo autor no biênio de 1837-1838, “Vida política no Brasil” é o que melhor se coaduna a esse

esforço. Nos anos seguintes, o empenho se mostraria ainda mais consistente, quando Pereira da Silva escreve, sob a égide do romance histórico, as suas obras de maior fôlego: *Religião, amor e pátria*, *O ano de aniversário de Dom Miguel em 1828* e *Jerônimo Corte-Real*, todas impressas no *Jornal do Comércio*.

Daí por diante, como vimos, a produção literária do autor foi se tornando cada vez mais dispersa. Contrariando as suas próprias palavras de encerramento da publicação do *Jornal dos Debates*, em 20 de setembro de 1838, “se algum dia procurardes o redator, somente encontrareis o advogado”, é possível dizer que talvez nem este pudesse ser encontrado após 1840, restando apenas o político, do qual as *Memórias do meu tempo* são o seu testemunho mais contundente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PLEBE, Armando. **Breve história da retórica antiga**. São Paulo: EPU, 1978.

SILVA, J. M. Pereira da. Estudos sobre a literatura. **Niterói**, revista brasiliense de ciências, letras e artes. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.

SILVA, J.M. Pereira da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

TASINAFIO, Célio. Memórias do meu tempo: política como ciência experimental. In: Silva, J.M. Pereira da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.